

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE NO RECIFE: ENTREATOS, AÇÕES, NARRATIVAS E PROSPECTIVAS

REGINA BEZERRA DE GOUVEIA

RESUMO

Este artigo é um recorte de um capítulo de um livro, no prelo, que será uma rica fonte de pesquisa, pois pretende recapitular a história pioneira da Educação Não Sexista em Pernambuco. Apresentamos o acréscimo de novos e relevantes acontecimentos na cena da Educação em Sexualidade em Recife. Os relatos aqui apresentados são frutos da pesquisa e da nossa experiência no Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade – GTES, entre 2014 à 2021 na formação docente. Ressaltamos que não nos colocamos em posição de neutralidade, pois, tendo como referência docente o “*quefazer* problematizador” do pensamento freireano isso é incompatível, como também é inconciliável com a história da Rede Municipal de Ensino do Recife – RMER, pioneira e referência nacional em Política Educacional e na Educação Não Sexista. Aqui, impregnamos nosso olhar docente-político e afirmativo das autonomias, da criticidade, dos direitos humanos – consequentemente questionador da perspectiva patriarcal, racista e cisheteronormativa. Iremos narrar entreatos, ações, narrativas e prospectivas da Educação em Sexualidade no Recife.

Palavra-chave: Educação Não Sexista; Formação Docente; Política de Ensino do Recife;

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 90, o **Grupo de Trabalho de Orientação Sexual** – GTOS/ Secretaria de Educação do Recife, foi estruturado como resultado de articulações e reflexões dos movimentos populares e políticos, em resposta às demandas educacionais daquela ocasião. Essas movimentações culturais, educacionais e políticas em Recife já emitiam efeitos das lutas feministas, negras, GLS¹ das décadas anteriores, foram junções que geravam proposições no sentido de superar as vulnerabilidades e as desigualdades baseadas nos marcadores de gênero e orientação sexual, além de intensificarem as pesquisas acadêmicas e empíricas que questionavam saberes hegemônicos a serviço da manutenção das hierarquizações sociais (LOURO, 2014). Com o processo da escrita da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, em 2015,

O Grupo de Trabalho em Orientação Sexual, que inicialmente incorporou essa nomenclatura, com vistas a firmar uma posição de consideração da sexualidade para além de seus elementos biologizantes e naturalizados, opta, a partir desse documento, pela nomenclatura Grupo de Trabalho de “Educação em Sexualidade”, termo que vem sendo empregado pela UNESCO (2010, p. 11), por entender que a designação orientação sexual se refere à direção do desejo sexual do sujeito seja heterossexual, homossexual ou bissexual, não dando conta, portanto, dos elementos sociais, culturais, históricos e políticos que precisam ser considerados na construção da sexualidade. (RECIFE, 2015).

Deste modo, o GTOS passa a ser nomeado de **Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade - GTES**², mantendo os mesmos eixos

- 1 GLS - Sigla usada na década de 90 para representar pessoas gays, lésbicas e simpatizantes. Após, algumas mudanças na 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Trans e Travestis em 2008, foi determinada a colocação da letra L na frente para dar visibilidade ao movimento lésbico. Na Política de Ensino do Recife (2015) usamos a sigla: LGBT. Atualmente, a sigla passou por mais ampliação sendo a mais usada: LGBTQIAP+.
- 2 O GTES existe há 27 anos, mas só foi oficializado em portaria em 2016, ano de grande acirramento no embate as questões de gênero, pela Portaria nº 30 de 29 de janeiro de 2016. Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho em Educação em Sexualidade - GTES, no âmbito da Secretaria de Educação do Recife, presente como **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife**. Art. 4º O Grupo de Trabalho em Educação em Sexualidade - GTES é parte constituinte da equipe de formação continuada da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Educadores do Recife Professor Paulo Freire. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/>>

temáticos: Corpo, Relações e Justiça de Gênero e Diversidade Sexual. A mudança representa a visão que uma educação *em* sexualidade é um processo inseparável, desse modo, consideramos que a educação sempre é generificada e sexual, fundadas e fundantes nas/das relações humanas.

Seguimos, neste artigo, à disposição de analisar o cenário atual – que exhibe intensos embates entre as forças ultraconservadoras *versus* as ideias de democracia para uma Educação não sexista, antirracista e não LGBTfóbica, a partir das nossas pesquisas e atuações neste GT; iremos refletir sobre a posição resistente do GTES, perante as forças e relações de poder, bem como, repensar as possíveis perspectivas da Educação em Sexualidade através da Política de Ensino da Rede Municipal do Recife, na formação continuada, atribuição preponderante do Grupo de Trabalho de Educação em Sexualidade - GTES, que tem como cerne e objetivo subsidiar a práxis pedagógica diante dos usos discursivos do gênero e sexualidade e seus efeitos excludentes ou integradores.

Na cogitada educação comprometida com a mudança, para combater à desumanização e às desigualdades sociais é preciso ter por base princípios democráticos, nessa perspectiva foi construída a Política de Ensino do Recife, que defende os ideais preconizados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na nossa Carta Magna (1988). A partir desses princípios, respaldada, também, nos parâmetros educacionais legais, em pesquisas e movimentos acadêmico-científicas-culturais progressistas é que comparecem as questões da sexualidade no eixo **Diversidade** da Política de Ensino do Recife, através do **Educação em Sexualidade**, proposta pelo **GTES**.

A Educação em Sexualidade apresenta construtos de bases empíricas, da experiência humana, investigadas e aprofundadas por estudos teóricos, acadêmicos, em diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, na psicologia, na psicanálise, na pedagogia, na sociologia, na antropologia, no direito, além das áreas sociais/humanas e da saúde, entre outras. Essas pesquisas avançam na concepção de gênero e sexualidade como categorias formativas, analíticas e discursivas responsáveis pelos processos das identificações afetivas e identitárias, demarcadas pelas relações circunstanciais e sociais, portanto conexas ao âmbito educacional, a formação docente e a práxis pedagógica. Essas propostas educacionais não representam concepções frágeis, evasivas ou imprudentes.

diariooficialacervo/exibemateria.php?cedicacodi=12&aedicaano=2016&ccadercodi=2&secaocodi=71&cmatercodi=1&QP=&TP=sexualidade. Acesso em: 04/10/18.

Apoiamo-nos na percepção de que a ausência de uma Educação em Sexualidade estabelece vulnerabilidades ao desenvolvimento humano, riscos à integridade física e mental e à diversidade. As informações sobre a sexualidade humana plural destinadas a promover informação e conhecimento ampliado estiveram, por longo tempo, ocultadas pelas instituições socializantes, imperando um silêncio sobre a natureza cultural, psíquica e histórica dos sexos, dos corpos e dos gêneros e o seu reconhecimento como eixo da afetividade para os encontros humanos. Essa posição foi adotada para enfatizar que o corpo biológico e as suas funções metabólicas são responsáveis pela fabricação dos afetos, dos desejos e da experiência humana de forma normativa. Colocando o corpo sobre constante vigilância, repressão e proibição (FOUCAULT, 1987). A visão que reduz a diversidade humana, seu conhecimento na perspectiva educativa de Freire, nas palavras de Magali Ribeiro

Desconsidera ou desconhece a realidade antropossocial na sua microdimensão (o ser individual) e na macrodimensão (conjunto planetária da humanidade) não poderá construir o conhecimento em uma visão de complexidade interdisciplinar que seja propositiva de uma compreensão profunda da realidade a partir de uma atitude dialógica (*In: JÓFILI; GOMES, 2018, p. 70. Sic*).

Esse apontamento, nos alerta que olhar a experiência humana pelos vieses da redução, do fechado, produz análise e compreensão superficial, inconsistente, pois além daquilo que é objetivo, palpável, temos que considerar o abrangente, o dissidente que nos constitui; o hesitante, o incerto e o difuso habitam os seres desejantes.

A Educação em Sexualidade da RMER vem embasada na perspectiva que considera o gênero e a sexualidade, como aspectos intrínsecos à formação de pessoa, dos seus afetos, amores e saberes, considera deste modo, direito de aprendizagem dos/as estudantes ter acesso às informações que subsidiam um desenvolvimento com menos violação, mais albergado no respeito, que ajude a lidar melhor com os intrínsecos medos e angústias relacionadas à sexualidade, além de favorecer uma equidade de gênero e das diversidades.

Diante dos objetivos pautados para a Educação em Sexualidade, como Política de Ensino da Rede Municipal de Educação do Recife, justifica-se intercorrer sobre os princípios adotados, visitar cenas, narrativas e ensinar o aprofundamento teórico/dialético em busca de entreatos possíveis e alternativos para afirmação dos direitos.

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE DO RECIFE

Na direção em prol do acesso e produção de conhecimento que libertem e promovam criticidade, diante das visões de mundo e seus processos históricos, culturais e políticos como defende Paulo Freire (2018) a Educação Municipal do Recife, com a Política de Ensino (2015) (disponível no site da Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire - EFER³) avançou nas reflexões/proposições das questões educacionais, avaliativas, sobre os fundamentos teóricos-metodológicos e nas demandas da formação docente, do mesmo modo, ampliou as propostas em torno das questões Étnicas e Raciais, as relativas Corpo, as Relações e Justiça de Gênero, da Diversidade sexual, além das relativas à Educação Especial, considerando que essas são questões basilares no desenvolvimento humano e influentes nos processos de ensino-aprendizagem. Esse documento passou por uma revisão em 2017, nesta versão a sexualidade e o gênero ficou de forma mais reduzida, porém, o caderno dos Fundamentos Teórico-Metodológicos permanece nessa garantia do saber na Educação em Sexualidade.

Resgatando essa construção, podemos dizer que diante das forças sociais, políticas e educacionais, presentes na Rede de Ensino Municipal do Recife, articuladas em encadeamentos com lutas, causas e interesses, de ontem, de hoje e para o futuro, foi materializada a Política de Ensino do Recife em 2015, que tem como princípios a Solidariedade, a Liberdade, a Participação e a Justiça Social, que

Se expressam na construção dos eixos norteadores, na composição do currículo a ser desenvolvido na educação escolar, e que são: escola democrática, respeito à diversidade, cultura, meio ambiente e tecnologias. Esses eixos dialogam entre si, e foram estruturados, por se conceber a escola como lócus de construção das identidades, do conhecimento e das práticas sociais, sendo, portanto, essencial, no decorrer dos nove anos do Ensino Fundamental, ofertar uma prática pedagógica que mobilize capacidades e interesses individuais, participação coletiva, e que favoreça aos envolvidos no processo educativo o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de aprender (2015, p. 21)

3 <http://www.recife.pe.gov.br/efaerpaulofreire/content/matriz-2015-educinfantil-ef1%C2%BA-ao-9%C2%BAeja-fase-i-e-ii>

A partir desses princípios e dos eixos norteadores a Política de Ensino Municipal do Recife reafirma o alinhamento as Diretrizes Curriculares Nacionais (1996), que considera a Educação pilar do desenvolvimento republicano e uma via “política de libertação” segundo Magali Ribeiro (2018, p. 43) e para a cidadania e democracia, promovendo rupturas com o “poder repressor” (idem.). Nesta mesma direção apresentar-se a Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire - EFER, que pensa e executa de forma reflexiva, ampla e comprometida à formação continuada, buscando a valorização docência e a promoção dos Direitos de Aprendizagem das/os Estudantes. Este espaço teve durante o processo de materialização da Política de Ensino um papel determinante por relembrar as ideias e ideais de Paulo Freire, que faz 100 anos, permanece nos convidando para ruptura com uma educação opressora e reafirma o compromisso ético e autêntico com uma educação para libertação.

No cerne da política de formação continuada docente é prioritário o fortalecimento da identidade profissional comprometida com o político, social, ético e humano, ampliando desse modo, a práxis pedagógica para além da dimensão técnica, intelectual e cognitiva. Um importante alicerce são as DCN’s, que vem afirmando desde a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados, quanto para os cursos de segunda licenciatura), até a continuada e destacando a

Docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem entre conhecimentos científicos e culturais, nos valores éticos, políticos e estéticos inerentes ao ensinar e aprender, na socialização e construção de conhecimentos, no diálogo constante entre diferentes visões de mundo (2015, p. 2)

Neste sentido, a experiência docente, requer atualizações e aprofundamentos teóricos que reflitam a prática/práxis docente e educativa por meios científicos e culturais que dialogam com a ampliação de direitos, respeitando às cosmovisões de mundo e da sexualidade nesse processo de socialização, do ensinar e aprender. O GTES assume dentre as suas atribuições o encargo da pesquisa, do estudo e da socialização na área dos Estudos Gênero e Sexualidade, considerando o respeito aos saberes do senso comum, religiosos, culturais, porém, isso não representa isolar-se

da oportunidade de conhecer outros saberes, ciente de que um saber científico que não responde às demandas sociais precisa ser questionado em busca de evidências. Não podemos seguir cegamente nenhum conhecimento.

Atualmente, a ação prioritária do GTES é a formação continuada, pois considera que este formato possibilita atendermos o maior número de agentes e de profissionais da educação, elegemos duas agendas importantes, a revisão de (pré)conceitos e tabus, que colaboram para as discriminações e violação de direitos e romper com a deficiência de saberes científicos em torno dos eixos Corpo, Gênero e Diversidade Sexual.

A deficiência desses saberes promove o império da sexofobia sustentada pela sexologia religiosa (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013) que, via de regra, é teorizada e imposta pelo fundamentalismo ou adotada pela conversão sem questionamento. A história narra que a ideologia cristã sentencia um saber em torno do sexo, parcial, sem sustentação científica, não condizente com o ofício docente, que não baseia sua atividade apenas em princípios religiosos, que são plurais, mas nunca universais.

Nesta tônica religiosa, fundamentalista, as informações que corroboram para desconstruir as lacunas em torno do Gênero e da Sexualidade, que buscam superar as ameaças e desassossegos sobre a constituição da Sexualidade são ocultadas. Isso tem implicação na esfera privada e pública, gera muitos conflitos e vulnerabilidades. Paralelo ao conhecimento velado impera a cultura do estupro, a desigualdade de gênero, étnica e de classe. Visto que, quanto menos informação, mas fácil à opressão, a exploração e a manipulação. O lugar da escola é fundamental para superar essa realidade, para erradicar o desconhecimento ou as distorções, para democratizar outros saberes, que não exclui o religioso, mas questiona-o. A educação não tem compromisso com a sustentação da desinformação e muito menos com o preconceito.. Asseveramos que nossa concepção de educação é formada pela diversidade e precisa ser inclusiva, para promover inserção social de todas as pessoas aos direitos, não há educação libertária se não assumir a orientação de Botelho

Pensar a diversidade racial e de gênero na área educacional é possibilitar inclusões, respeitos, conteúdos e solidariedades às crianças e jovens que carregam o estigma da diferença, seja pela sua cor de pele, seja pela sua religiosidade, seja pela sua orientação sexual, seja pelo seu grupo étnico ou apenas por serem diferentes daquilo que é considerado o ideal ou padrão (2011, p. 8).

Os dados de inúmeras pesquisas, na área educacional, denunciam a necessidade de uma educação que eduquem para o respeito às diferenças, pois, nossa existência está marcada pelas interseccionalidades, que produzem outros tratamentos e deslocamentos sociais. Há questões urgentes, que a educação não pode desconsiderar, como a violência de gênero e raça introduzida pela linguagem, materializada em omissões perante os reflexos do racismo e da misoginia que estrutura as desigualdades para a população feminina, negra e periférica. Segundo Nascimento (2017)

Consideramos que a Política de Ensino de Recife apresenta-se como uma possibilidade, à medida que for apropriada e materializada na perspectiva da educação laica e de uma educação pautada na pluriculturalidade e no combate ao racismo institucional, com vistas a uma escola democrática, com respeito à diversidade religiosa e ao enfrentamento a todas as formas de discriminações, intolerâncias e racismos. (2017, p. 106.)

Desse modo, combater as concepções de gênero misóginas e racistas produzidas para desigualdades são conteúdos permanentes na escola. A Política de Ensino requer conhecimento e materialidade orgânica e sistemática. O espaço escolar deve refletir sobre o que diz Lira (2016, p.113) “a pobreza é feminina”, e no alerta que sobre a mulher negra recai outras “formas diferenciadas de vivenciar a pobreza” (2016, p. 104).

Silenciar essas questões sustenta a condição das mulheres negras que têm os mais baixos salários ou ausência de renda fixa, menor acesso à saúde e moradia de qualidade, menos ingresso em cargos públicos, (MARQUES, 2016), tem seus filhos e filhas vítimas da exploração sexual, do tráfico e do extermínio, da ineficiente inserção no espaço escolar, que não afirma o respeito a sua raça e cultura.

A dialética do GATES é romper com o silêncio em torno da diferença, pois essa cultura impõe o ocultamento das questões relativas aos ecos do corpo, ao sexo não reprodutivo, por prazer, dos papéis e relações de gênero, da igualdade racial, da diversidade sexual, em paralelo, violenta, viola o corpo e a integridade de meninas, jovens e mulheres, com maior ataque as negras e a população LGBT; o silêncio para melhor oprimir, torturar, marginalizar e exterminar o feminino, as mulheres, lésbicas, bissexuais, gays, travestis e transexuais, principalmente, as negras, moradoras das periferias que têm maiores desafios para concluir o percurso escolar. Sabemos que o silêncio nunca protegeu e não promove

inclusão, acentua as vulnerabilidades. Somos inspirados na concepção de Freire, cujo o “*quefazer* problematizador do processo educacional” (JÓFILI; GOMES, 2018, p.15) é algo intrínseco à docência para transformação social e condução da res-pública.

A existência do GTES, nesses 27 anos vem representando entreatos de resistência, nesse percurso, há muitas dificuldades em função das recorrentes interferências políticas com viés religioso na tentativa de barrar essas questões, como o evento em 2010 do livro: Mamãe como eu nasci de Marcos Ribeiro; a implementação do terror pela condenação as questões de gênero, a apontada “ideologia de gênero” para fins de “oposição conservadora” (BILORI, 2018) a oposição à agenda dos direitos das mulheres e a ampliação da democracia, via exclusão das questões de Gênero no campo política, culminam na censura de Gênero nos Planos de Educação e na BNCC⁴ e vem censurando as formações do GTES⁵.

Isso é possível, pois, as realizações humanas não seguem apenas direções progressistas e republicanas, mas também nas vias da manutenção das hegemonias, assim surgem com diferentes propositivos, às formações de vínculos e congregações para desqualificar e revogar leis, propostas e currículos que têm como princípios: a ética, a pluralidade e a cidadania para toda sociedade. Neste momento reaviva com grandes articulações em diversas áreas e instâncias de poder, principalmente na política, a censura, a perseguição e os entraves para a educação não sexista, antirracista e não LGBTfóbica, como veremos a seguir.

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE: ENTREATOS E NARRATIVAS, DOGMÁTICAS E CONVENÇÕES

A Educação em Sexualidade proposta pelo GTES reflete sobre os processos sexuais vivenciados a partir da gestação, pelas fases do desenvolvimento infantil até a adultez; considera a construção das individualidades, das identidades e coletivos; perpassa os direitos sexuais e reprodutivos e combate à prevenção das violências e discriminações.

4 Base Nacional Curricular Comum.

5 Em 2020 tivemos a crítica e censura da palavra *repressão* versus progressista no material da formação que fazia referência às possíveis visões familiares em torno das perguntas das crianças sobre sexo e do uso do Quadrinho de Maurício de Souza sobre o Mito da Caverna de Platão, dizendo que era algo desrespeitoso e perigoso de ser usando em uma formação. Disponível:< <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/a-alegoria-da-caverna-em-quadrinhos1/> > Acesso: 10.10.2021.

Fazemos entrelace com estudos oriundos do movimento negro e reflexos dos saberes dos movimentos sociais, pois compreendemos que as identidades são dialógicas, interseccionais e precisam ser respeitadas em seus trânsitos singulares e coletivos, seguindo na contramão das ideologias fundamentalistas.

A Política de Ensino do Recife compreende a sexualidade como construção biopsicossocial – entretanto, considera que os aspectos psíquicos e subjetivos (individuais) governam a elaboração da experiência humana, mesmo associados e dialógicos com os aspectos societários e históricos, portanto, intrínseca a formação humana, que antecede a escola, sendo iniciada na instituição familiar.

No núcleo familiar somos envolvidos aos primeiros laços que alimentam nossa sexualidade, os vínculos afetivos. Nesse meio somos submetidas/os as normas sociais que por sua vez são postas a prova diante dos imperativos da subjetividade humana, do pessoal que nos constituem como humanos e são elaboradas pelos desígnios do desejo, desígnio aqui como sinônimo de devir, do desejo que se constrói no singular de cada um.

Nos últimos anos temos enfrentado ações e narrativas dogmáticas e reagentes aos estudos atualizados de Gênero, Raça e Sexualidade que problematizam os processos identitários e de pertencimentos situados no campo da fluidez, do devir, sendo essas identidades não predefinidas e nem reduzida à diferença da genitalização como no caso da sexualidade.

Neste ponto, em função do discurso conservador, forma-se extensos elos, estabelecendo consensos em grande escala da sociedade brasileira, com agregações dogmáticas que estabelecem convenções como sinônimo de normas divinas universais e inquestionáveis, quanto, como sinônimo de negociações.

Os entreatos assumem muitas direções, citamos aqueles que representam interrupções, cortes, hiatos, silenciamentos, estes são encenados pelos movimentos conservadores, misóginos, em âmbito internacional e nacional para bloquear políticas públicas afirmativas da diferença. O principal alvo é em torno das propostas de educação que problematizam a diversidade de gênero, étnica e da orientação sexual. Identificamos a consagração de discursos que exaltam a crueldade e o fascismo que ataca e questiona os direitos humanos, promove ecos pela volta da ditadura militar e prega absurdo como a Escola sem Partido. Ocasionalmente o recrudescimento dos preconceitos e da violência como já constatamos,

para Biroli as reações em curso levam a “reprivatização e agendas que foram politizadas desde os anos 1980” (p. 203).

Os desafios no campo educacional são inúmeros a partir desse cenário, entretanto, as lutas em defesa da democracia, da educação e das humanidades permanecem vivas e não acataremos o retrocesso, pois, o ativismo, a resistência e a transgressão defendida por bell hooks e Paulo Freire são presentes na história da Educação Sexual ou em Sexualidade em Pernambuco, apesar dos percalços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entreatos podem ser fechar as cortinas para o arco-íris, impor a vida sexual dentro do armário, invisibilizar, para garantir a visibilidade da heterossexualidade, reprovar afirmações das sexualidades dissidentes, já que é necessário mantê-las na classificação das coisas não recomendáveis e, portanto, não podem ser apresentadas. Também, podem ser operadas pela subtração de direitos e pelo desmonte das políticas públicas como o congelamento de gastos públicos e pela opressão via carga de trabalho as mulheres, pela violência doméstica e política como denuncia a cientista política Flávia Biroli (2018).

A posição de rejeição e aversão às descobertas teóricas e científicas, o tosco negacionismo e mais especificamente em torno da sexualidade é um paradigma das cristandades nas curvas do tempo, isso explica a rejeição e o combate às teorias de Gênero. As ciências humanas revelam que os fenômenos fundamentalistas religiosos e políticos – que jamais dialogam com o pensamento crítico e científico – estão bem próximos dos perímetros das ideologias cristãs, com determinadas exceções (GOUVEIA, 2017). Resta agir com consciência pedagógica, crítica, essa é nossa tônica nas formações.

O GTES não quer ser, apenas, um grupo de resistência, ensejamos, ser propositivos, mesmo diante de tantos desafios e limites, portanto, nossas ações são afirmativas dos Direitos Humanos, transgredindo a lógica misógina-cisheteronormativa e na reprovação de qualquer forma de discriminação e preconceitos nos espaços educacionais. Porém, a redução da equipe, nessas duas décadas de existência, por diversos fatores é o “senhor” desafio, de viés patriarcal, misógino e LGBTQI+fóbico.

Nossas ações são vivenciadas com respeito, sensível ao livre pensar, mas em confronto com os movimentos conservadores e opressões de âmbito estrutural, político e institucional; desde 2014 temos visto o

avanço de discursos opostos, pois as questões de gênero e sexualidade tem sido moeda de troca entre agentes políticos, confirmando a análise de Biroli “A agenda das mulheres e da população LGBT tem sido parte da barganha nas quais os setores reacionários impuseram sua agenda” (2018, p. 195).

Os movimentos de políticas públicas para as mulheres e para a população pobre, negra e LGBTQI+ sofrem a subtração de direitos, principalmente, nesse cenário pandêmico da covid-19. Estamos em luto, pelas mortes provocadas da covid-19 e em luta por defender nossos existires. O momento é permeado de ameaças e incertezas. Mas o tempo é transgressor, ele não obedece, ad eternum, à ditadura, ele não congela e não perpetua barreiras.

Entre limites e desafios, os conflitos podem ser entreatos para atuação de saberes e da estrutura. Embora, o cenário seja de efetivos ataques à democracia, à história humana revelam momentos marcados por avanços e conquistas, pois, apesar dos flagelos do povo, dos corpos, das mentes, as ideias não morrem. Seremos resistência! E nossa história será contada, a partir dela outras cenas serão possíveis...

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOTELHO, Denise. **Política Afirmativa**: Empoderamento de jovens e mulheres negras na contemporaneidade brasileira. Universidade de Brasília (UnB), 2011. Disponível em: <www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/.../0130.pdf>. Acesso em: 12/06/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Currículos e Educação Integral**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível:<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso: 10.10.2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06/10/2018.

FOUCAUL, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOUVEIA, Regina Bezerra de. **Religião e Sexualidade:** interfaces da intolerância religiosa na educação para a diversidade sexual na Rede Municipal de ensino do Recife. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <http://tede2.unicap.br:8080/bitstream/tede/986/5/Ok_regina_bezerra_gouveia.pdf>. Acesso: 08/10/2018.

PESSOA DE LIRA, Lilian Conceição da Silva. **O empoderamento de mulheres negras no projeto ajeunbó, do ilè à se yemohá omi olodò:** para superação da violência de gênero e raça. In: Educar para a igualdade racial nas escolas. Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional - FADURPE; Organização Denise Botelho; Coleção RENAFORM – UFPE; Recife: MXM Gráfica & Editora, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARQUES, Francineide. Educar para a igualdade racial nas escolas / Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE; organização Denise Botelho; apresentação da **Coleção Renaform/ UFRPE** Flávia Peres. – Recife: MXM Gráfica & Editora, 2016. 155.p – (Coleção Renaform – UFRPE: da formação à transformação).

NASCIMENTO, Maria Cristina. **Políticas públicas com axé :** religiões afro-brasileiras e a promoção da igualdade racial: (demandas para a educação do Recife). 2017, 130 fl. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-Reitoria Acadêmica. Coordenação Geral de Pós-Graduação. Mestrado em Ciências da Religião, 2017.

NATIVIDADE, Marcelo. **Desejo à diferença –** À guisa de prefácio. In: NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de (Orgs.). As novas guerras

sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas** (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html> >. Acesso em: 10/10/2021.

RIBEIRO, Magali. A interdisciplinaridade na Pedagogia do Oprimido: relações possíveis. In: JÓFILI, Zélia., GOMES, Fátima (Org.). **Diálogos com Paulo Freire... É tempo de que fazer.** – 1. Ed. – Recife: EDUFRPE, 2018.

RECIFE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife:** subsídios para atualização da organização curricular. V. I, 2015.

RECIFE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Política de ensino da educação infantil da rede municipal do Recife** / organização: Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. – Recife: Secretaria de Educação, V.II, 2015.

RECIFE. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife:** ensino fundamental do 1º ao 9º ano. V. III, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>.